



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

OS CONCEITOS DE COMUNIDADE DISCURSIVA, DOMÍNIO E LINGUAGEM NA ANÁLISE DE DOMÍNIO HJØRLANDIANA

THE CONCEPTS OF DISCOURSE COMMUNITY, DOMAIN AND LANGUAGE IN HJØRLANDIANA DOMAIN ANALYSIS

Igor Soares Amorim¹, Lígia Maria Arruda Café²

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Propõe-se identificar e definir conceitos fundamentais da Análise de Domínio, a partir de artigos publicados por Hjørland. Para tanto, apresenta-se o conceito como objeto da Organização do Conhecimento, relatando algumas perspectivas sobre essa noção. Descreve-se a Análise de Domínio como uma abordagem social da Organização do Conhecimento para fins de reconhecer e representar estruturas conceituais. Com a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2003), dividiu-se o trabalho em três etapas: a) levantamento e leitura dos artigos de autoria de Hjørland encontrados nas bases *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e *Web of Science e Scopus* (WoS) e no periódico *Advances in Knowledge Organization* (AKO); b) estabelecimento de índices de análise, definidos como “comunidade discursiva”, “domínio” e “linguagem”; c) análise e interpretação dos resultados. Definiram-se os índices e verificou-se que eles fundamentam a Análise de Domínio, pois suas concepções compreendem os aspectos sociais que implicam o uso da informação.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Análise de Domínio. Hjørland. Comunidade Discursiva. Domínio. Linguagem.

Abstract: *It is proposed to identify and define the fundamental concepts of Domain Analysis, from articles published by Hjørland. It presents the concept as a object of Knowledge Organization, reporting some perspective on this notion. It describes the Domain Analysis as a social approach to knowledge organization for the purpose of recognizing and represent conceptual frameworks. With the Content Analysis (Bardin, 2003), work was divide in three stages : a) survey and reading Hjørland' authored articles found in databases Library and Information Science Abstracts (LISA) and Web of Science and Scopus (WoS) and in the journal Advances in Knowledge Organization (AKO); b) establishment of analysis indices, defined as "discourse community", "domain" and "language"; c)*

¹Universidade Federal de Santa Catarina

² Professora Doutora no departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina

analysis and interpretation of results. Defined the indexes and found that they underlie Domain Analysis, for his views comprehend the social aspects involving the use of information.

Keywords: *Knowledge Organization. Domain Analysis. Hjørland. Discursive Community. Domain. Language.*

1 INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento (OC) acompanha o movimento na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) de guinada epistemológica às condições socioculturais, tal como descreve Araújo (2014). Na OC, emergem novos métodos, tecnologia e produtos que manifestam isso, tal como a indexação social, as ontologias que adentram ao universo da semântica e as classificações com foco em movimentos minoritários, tal como o feminismo ou as minorias religiosas.

Hjørland é um dos autores mais citado na OC, por ter consistente obra na abordagem social. O autor, foco desta pesquisa, credita às relações sociais, compreendidas em grupos sob um mesmo interesse, o que determina a organização e representação da informação e do conhecimento. Com isso, o foco das ações é lançado sob a recuperação da informação. Uma de suas principais contribuições à BCI e à OC é a Análise de Domínio, uma proposta teórica e metodológica que orienta ao reconhecimento do contexto no qual se praticará os serviços de informação.

O objeto de estudo da OC é o conhecimento, o qual se encontra mais tangível enquanto conceito. São as operações sobre os conceitos que subsidiam as práticas na OC, na medida em que sintetizam o conhecimento por meio de definições e relacionamentos com outros conceitos.

Embora a Análise de Domínio seja um ícone do paradigma social, não há grande consenso sobre seus conceitos, métodos e aplicação. Assim, esse artigo se propõe a identificar alguns dos principais conceitos da proposta hjørlandiana a fim de iluminá-la, consolidando definições a partir de publicações do próprio Hjørland.

2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UM PERCURSO HISTÓRICO ATÉ A NOÇÃO DE CONCEITO

Mesmo antes de a cultura Ocidental ser impactada pela prensa de Gutemberg por volta de 1450, já havia formas sistemáticas de organizar ou ordenar conteúdos do intelecto. Durante a Antiguidade e a Idade Média, momento em que a oralidade predominava na dinâmica cultural, já havia preocupações relativas a guardar e recuperar conhecimentos, manifestas em técnicas como a *retórica* e a *arte da memória* (CRIPPA, 2007; HANSEN, 2013; KARAM, 2009). Uma importante continuidade entre as práticas de tratamento do conhecimento pré-modernas e as modernas é a predominância da lógica formal na estruturação de categorias e conceitos dos conhecimentos. Aristóteles desenvolveu a lógica formal como um instrumento

de compreensão do mundo. Sua dinâmica se dá pela identificação de predicados sob um gênero (MONTEIRO; GIRALDES, 2008). A predicação por diferenças específicas foi apropriada por Porfírio (III d. C.), que sistematizou uma árvore para organizar conhecimentos diversos (BURKE, 2003).

Após a revolução da tipografia móvel, as bibliografias adquirem maior importância frente a crescente e descontrolada produção de livros. Dentre essas, destacamos a *Bibliotheca universalis* (1549) de Conrad Gesner, que apresentava índice para nomes de autores, títulos e assuntos, além de conter anotações, comentários e avaliações de cada entrada e continha índices remissivos³ (ALMEIDA; CRIPPA, 2009).

As taxonomias dos naturalistas Carolus Linnaeus e Buffon contribuíram para o pensamento lógico, dedutivo e hierárquico, sendo Lineu o responsável pela codificação das nomenclaturas das espécies em base latina e binominal, utilizada ainda hoje. O botânico Buffon destacava a arbitrariedade no processo de classificação dos entes. O desenvolvimento das taxonomias, formas fundamentais na organização dos saberes das Ciências Naturais (POMBO, 1998), contribuíram para o aumento do prestígio à Ciência frente às mudanças políticas, econômicas e religiosas da Europa durante os séculos XVI e XVIII (BURKE, 2003). Este cenário condicionou a publicação de *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627) de Gabriel Naudé, obra que, segundo Revel (2006, p. 224), se “situa numa virada decisiva dos valores e das práticas intelectuais do início do século XVII”. Naudé alertava para a importância da padronização das técnicas de descrição bibliográfica, prezando pela simplicidade na classificação, a fim de evitar a confusão e facilitar a busca dos livros (BURKE, 2003).

Já no início do século XVIII, William Reading, bibliotecário do *Sion College*, diante do acelerado aumento do acervo e da decorrente dificuldade de se manter os assuntos fixados nas prateleiras, alterou o catálogo da instituição criando classes mistas, que recebiam tanto os assuntos novos, como os livros que transbordavam para estantes de assuntos vizinhas. Em seu *Manuel du Bibliophile* ou *Traité du Choix des Livres* (1828), Gabriel Peignot, preocupado com a quantidade de livros, afirmava que um livro precisava ter um lugar único e particular para ser encontrado. O francês desenvolveu um índice com as palavras que poderiam representar um documento e, ordenadas alfabeticamente, relacionava as palavras com os livros do acervo, identificado autor e título das obras. (LIMA, 2004).

³ A obra de Gesner contribuiu para difusão dos índices remissivos.

Lima (2004, p. 50) relata a mudança a partir do incremento dos esquemas de recuperação dos livros decorrentes das inovações no século XIX, período áureo das classificações bibliográficas: “no final do século XIX os bibliotecários anglo-americanos reuniram os assuntos de forma a permitir ao leitor descobrir o que procurava consultando o catálogo ou indo diretamente às estantes”. Almeida e Crippa (2009) argumentam que, com o desenvolvimento da Ciência e a instauração de um novo modelo institucional de produção, organização e disseminação do conhecimento, o bibliotecário passa a reclamar uma posição ativa nos processos de organização do conhecimento.

O século XIX assistiu uma gama de desenvolvimentos na classificação dos livros, que passam pelos sistemas de classificação de Harris (1870), de Dewey (1876), de Cutter (1891); da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (1902), pela Classificação Decimal Universal (1905), pela Classificação de Assuntos de Brown (1906), pela Classificação dos Dois Pontos de Ranganathan (1933), entre outros. O século XX traz novas implicações à organização do conhecimento mediante o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, obstinando o controle e a recuperação inteligente da informação (PIEDADE, 1983; POMBO, 1998).

No final do último século foi proposta a teoria do conceito por Dahlberg, um dos principais fundamentos da OC. Dahlberg defende o conhecimento como objeto de estudo da área: “Conhecimento é subjetiva e objetivamente a fundamentação da certeza de alguém sobre a existência de um fato em questão. Esse conhecimento não é transferível, ele pode apenas ser elaborado pela reflexão pessoal de alguém” (DAHLBERG, 2006, p.12, tradução nossa).

Para a autora, o conhecimento só pode ser compartilhado por meio da linguagem, pela expressão de signos que o representam e que podem ser comunicados e compreendidos. A OC lida com o conhecimento reconhecido em quatro aspectos: os elementos do conhecimento (referem-se às características de conceitos); as unidades do conhecimento (são os conceitos representados pelos signos); amplas unidades do conhecimento (combinações de conceitos em uma definição, em um texto); e sistemas de conhecimento (que são estruturas coerentes e planejadas de conceitos) (DAHLBERG, 2006).

O conceito constitui, enquanto unidade mais elementar do pensamento, o ponto sobre qual a área deve se debruçar a fim de representar e organizar o conhecimento. Dos conceitos se extraem os predicados, tarefa que deve orientar-se pelo “postulado da verdade, isto é, devem corresponder à realidade e ser verificáveis” (DAHLBERG, 1978, p. 12). Assim, são definidos por suas características, que são acidentais, essenciais ou individualizantes. Além disso, os conceitos se relacionam entre si de quatro formas distintas: relação gênero-espécie;

relação partitiva; relação de oposição; e relação sintagmática ou funcional. Por meio da classificação que fazemos sobre um conjunto de conceitos se constrói relações semânticas e as classes. Essas atividades são alicerces para a construção de sistemas de classificação (DAHLBERG, 2006).

3 ANÁLISE DE DOMÍNIO: DO CONCEITO AOS DOMÍNIOS

Há diferentes teorias do conceito na Ciência da Informação, sendo as mais comuns as de abordagem cognitiva (HJØRLAND, 2009). Todavia, iniciou-se nos últimos anos uma guinada social dessas teorias, que partem de uma compreensão pós-kuhniana⁴ dos domínios. Segundo Hjørland (2009), existem diferentes teorias do conceito, algumas consideram os conceitos a partir de suas essências, outras a partir da condição probabilística da designação do conceito, por exemplo. Todavia, o autor considera a *teoria do conceito baseada na teoria* a mais adequada, pois esta compreende o conceito a partir de um quadro teórico.

Arelando teoria ao conceito, Hjørland (2009) recupera as quatro principais *teorias do conhecimento* para extrair de cada uma delas uma teoria do conceito: empirismo (conceito vem dos sentidos), racionalismo (conceito pré-definido logicamente), historicismo (considera a constituição histórica dos conceitos e dos conhecimentos) e pragmatismo (parte das metas, valores e intenções que se pretende com o conceito). Para Hjørland,

conceitos têm sido entendidos como significados socialmente negociáveis que deveriam ser identificados a partir do estudo de discursos, em vez de acontecer por meio de estudos de usuários ou por princípios a priori. A implicação da presente visão sobre conceitos, nesse sentido, chama-nos para argumentos que envolvem tanto a questão do porquê o ponto de vista social é importante, quanto também para o papel da teoria do conceito no cumprimento das potencialidades para uma guinada social na ciência da informação (HJØRLAN, 2009, p. 1530, tradução nossa).

Frohmann (2009) questiona a exigência de definições rígidas nos conceitos, argumentando que nem sempre esse tratamento é a melhor alternativa aos fins da OC. Com olhar desconstrucionista, Frohmann (2009) contraria a perspectiva de Dalhberg (1978; 2006) do conceito como unidade de pensamento, assim como o julgo da evidência pelo documento como postulado por Buckland na década de 1990. Aponta as possibilidades de outra documentação, também capaz de comunicar, mas sem substituir a flexibilidade dos conceitos pela rigidez das definições, o que se daria pela seguinte abordagem: “contar uma história [descreve-la] e aplicá-la [demonstrá-la]” (FROHMANN, 2009, p. 296, tradução nossa).

⁴ O termo “pós-kuhniano” indica uma compreensão da ciência que comunga diferentes paradigmas, não tendo assim uma matriz dominante.

Frohmann (2009) considera a noção de documento de Otlet e Briet limitada, na medida em que tal perspectiva não inclui objetos que não remetem às evidências. As coisas nos gabinetes de curiosidade, exemplo citado pelo autor, remetem apenas a si mesmos, “eles significam por si mesmos, em seus aspectos brutos, granulares, ‘coisificados’, separados de qualquer tipo de reivindicação que os conecta a outras [evidências].” (FROHMANN, 2009, p. 299, tradução nossa), sem por isso deixarem de comunicar algo. Mesmo que os objetos dos gabinetes não tenham uma evidência documental, eles têm um efeito social, pois revelam sentidos de autoridade, num movimento de auto-referência, num regime de significação fechado em si mesmo. Sem desqualificar a abordagem que presa pela acurácia e pela representação científica das definições, Frohmann (2009) advoga em favor de outra compreensão dos conceitos, fundada num espírito deleuziano, tendo mais preocupações com as operações (e efeitos) dos conceitos que pelas definições científicas.

A Organização do Conhecimento produz Sistemas de Organização do Conhecimento, que são em sua essência, segundo Hjørland (2009), sistemas de conceitos organizados. Há grandes dificuldades em trabalhar com os conceitos inseridos em teorias, e a análise de domínio é uma das poucas vias para isso: “Com exceção da análise de domínio, não há abordagens na OC que tem considerado seriamente o problema de como fazê-lo” (HJORLAND, 2009, p. 1529, tradução nossa). Ela visa não apenas fundamentar as práticas referentes às operações de classificação e representação da informação, mas também dar consistência e maior rigor científico nos processos de representação do conhecimento e da informação (HJØRLAND, 2008). Análise de Domínio é considerada por Hjørland e Albrechtsen (1995) como uma proposta alternativa, na medida em que se afasta da visão behaviorista e cognitivista, predominantes na área até então, buscando fundamentação por viés pragmático.

Essa proposta inverte uma lógica predominante na OC ao propor que partamos da recuperação da informação e de seu uso para então pensarmos na organização e na representação dos conteúdos. As questões de uso tornam-se mais importante que critérios e regras, tal como sugere Frohmann (2009). Essa abordagem sobrepõe a questão do uso à fidelidade das representações, e implica uma mudança de foco do profissional da informação que, para atender as demandas sociais, necessita colocar-se entre a busca/uso da informação e os sistemas de informação, harmonizando os efeitos daquele com as estruturas destes.

Não é que o rigor da representação do conhecimento seja colocado de lado, mas toma-se como alicerce de qualquer ação de informação a comunidade que requer os serviços. Assim, antes que uma ideia de Verdade ou que a sequencia de processos lógico-rationais,

fundamental é reconhecer o espaço e sua dinâmica social na qual a informação que se pretende coletar, organizar, armazenar, recuperar e disseminar está envolta.

A constituição dessa abordagem está vinculada a Teoria da Atividade de cunho vigotiskiana desenvolvida por Engeström (2002). Nessa teoria, o foco é sobre a atividade. Isso mostra a diferença entre a abordagem da Análise de Domínio hjørlandiana, que ao invés de buscar uma teoria de fundo linguístico, incorpora contribuições da Teoria da Atividade. Engeström (2002) compreende essa teoria em três gerações, a vigotiskiana que busca compreender o indivíduo a partir dos artefatos humanos; a baseada em Leont'ev, que incorpora a noção de comunidade em relação dialética com o sujeito; e a geração contemporânea, mais complexa por considerar a interação dentre sistemas e atividades distintos em interação produtiva.

Não encontramos nos textos de Hjørland uma definição precisa do que seria a Análise de Domínio, comunidade discursiva ou mesmo domínio. Alguns autores entendem que essa falta de precisão nas definições nos trabalhos do dinamarquês é problemática (TENNIS, 2003). Smiraglia (2014) afirma que devido ao volume de universo bibliográfico utilizado por Hjørland, fica mais difícil a instrumentalização de sua proposta de Análise de Domínio.

Smiraglia (2014, p. 85, tradução nossa) declara que “Análise de domínio é a atividade ou a metodologia pela qual o conteúdo conceitual ou a ordenação natural ou heurística pode ser descoberta e mapeada em domínios de conhecimentos distintos”. Assim, afirma a importância desse tipo de estudo, relatando que a

análise de domínio pode produzir uma riqueza de informações sobre o funcionamento ontológico de uma comunidade. Em particular, ela pode ser usada para gerar sistemas de organização do conhecimento, tais como vocabulários controlados e classificações, para auxiliar o domínio no seu trabalho. Talvez mais importante para o nosso mundo pós-moderno, estudos analíticos de domínio podem produzir as provas necessárias para oferecer interoperabilidade entre domínios vizinhos e entre os diversos domínios. [...] A importância da análise de domínio para a organização do conhecimento como uma ciência não pode ser negligenciado. (SMIRAGLIA, 2014, p.100, tradução nossa).

Hjørland e Hartel (2003) relatam as três dimensões de aplicação da Análise de Domínio -- a *ontológica*, a *epistemológica* e a *sociológica*. A Ontologia é o saber que enfoca os objetos, o ser, sendo aqui o vetor condicionante da compreensão dos fenômenos que sobre os quais os domínios se sustentam. A dimensão epistemológica preocupa-se com a formação e a validade dos conhecimentos sobre esses fenômenos, buscando articular os discursos com a empiria. As questões sociológicas concernem à identificação e caracterização das estruturas

formais de um domínio (divisões dos trabalhos). Com base no trabalho Hjørland e Albrechtsen (1995), podemos verificar os três componentes principais que guiam a prospecção de dados num dado domínio:

Figura 1: esquema para coleta de dados em Análise de Domínio



Fonte: elaborado pelo autor com base em Hjørland e Albrechtsen (1995)

Na “estrutura de comunicação”, pretende-se levantar quem produz, quem recebe, quais os canais de informação; nos “padrões de comunicação” busca-se informações sobre epistemologia e tendências do domínio em questão; por fim, na “linguagem empregada” pretende-se identificar os padrões de uso da linguagem, os conceitos e as relações, além da existência de vocabulários controlados. Diante desse quadro, nos interessa três principais conceitos recorrentes nos textos de Hjørland que se referem à Análise de Domínio: a comunidade discursiva, que se relaciona com os padrões de comunicação; domínio, com a estrutura de comunicação; e linguagem, com o uso da linguagem.

Segundo Lara (2008, p. 4) “No âmbito da Lingüística Documentária, “as comunidades discursivas constituem o principal apoio para a integração das referências de uso aos instrumentos de organização e acesso à informação”. Dias (2015, p. 11) entende que as comunidades discursivas “compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. Mas, se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social”.

“Domínio”, segundo Smiraglia (2014, p. 85, tradução nossa), “é um grupo que compartilha uma ontologia, comprometidos com uma investigação ou trabalho comum, e também que se engajam num discurso ou comunicação, formal ou informalmente”. Para Dias (2015, p. 8), “Um domínio pode ser considerado uma área do conhecimento ou um determinado campo de especialidade”. Com relação a “linguagem”, Lara (2008, p. 1) afirma seu caráter pragmático, colocando-a como primordial a organização da informação: “Partimos do pressuposto de que os processos de organização da informação para integrar sistemas

informacionais visando o acesso e a possibilidade de criar conhecimento caracteriza, a seu modo, a comunicação documentária, que tem na linguagem seu apoio primordial”. Nascimento (2006) ratifica o posicionamento da linguagem como componente estruturante das comunidades discursivas, sendo ela definidora do que as comunidades reconheceram como informação. Nos interessa conhecer o que os textos de Hjørland consideram sobre estes três conceitos: comunidade discursiva, domínio e linguagem.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta pesquisa é qualitativa e utiliza como método a Análise de Conteúdo de Bardin (2003). Segundo Bardin (2003), a Análise de Conteúdo é um método que abrange de forma sistemática o tratamento e análise dos dados, compreendendo etapas que vão desde o levantamento e seleção de bibliografias e estruturação do corpus de análise, até a etapa de tratamento de resultados, construção de inferências e interpretação.

Há três fases na Análise de Conteúdo, a primeira é chamada de pré-análise, é o momento de seleção dos textos, da formulação dos objetivos da análise e da elaboração dos indicadores sobre os quais se constitui os resultados. Posteriormente, na fase de exploração do material, operacionaliza-se o processo de leitura visando à extração e a descrição dos elementos sobre os quais se podem constituir categorias. Finalmente, na etapa de tratamento dos resultados, inferências e interpretações, a qual se realiza com base nos “polos de análise” e nas “variáveis de análise” (BARDIN, 2003). Abaixo segue o quando 1, com as tarefas realizadas em cada fase

Quadro 1: etapas metodológicas organizadas pela Análise de Conteúdo

1º fase	2º fase	3º fase
Seleção de texto: artigos de autoria de Hjørland em bases de dados	Operacionalizou a leitura e extraíram-se as unidades de contextos dos artigos que foram colocadas nas fichas de coleta de dados	Cada texto tem uma ficha de coleta de dados específica. Em cada uma dessas fichas foram consolidadas inferências sobre os indicadores, que subsidiariam a compreensão dos conceitos
Realizou-se a leitura flutuante e definiram-se três indicadores: comunidade discursiva, domínio e linguagem	Definiram-se como categorias os próprios índices: comunidade discursiva, domínio e linguagem	Cada inferência consolidada de cada uma dos indicadores foi colocada na ficha de consolidação, da qual se extraiu as definições dos três conceitos

Fonte: elaborado pelo autor

Para formação do *corpus*, utilizamos os textos produzidos por Hjørland, que, em sua maioria, estão disponíveis no formato de artigos de periódicos específicos da BCI. A leitura flutuante proposta por Bardin (2003) foi o método adotado para coleta dos dados e extração

das variáveis de análise. Estas variáveis compuseram a ficha de coleta a instrumento de coleta de dados.

Foram selecionados artigos científicos de autoria não exclusivamente de Hjørland, disponíveis entre 1990 à 2014, recuperáveis nas bases *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e *Web of Science e Scopus* (WoS) e no periódico *Advances in Knowledge Organization* (AKO) por entendermos que a escolha pela incorporação de textos em coautoria não implica em mudanças significativas na abordagem que Hjørland confere à seus conceitos; e o recorte temporal se justifica pela década de início da Análise de Domínio, 1990.

Definimos os índices que compuseram as unidades de registros e que, portanto, determinaram as unidades de contexto, que são especificamente o *corpus* de análise já devidamente isolado de sua unidade textual. As unidades de contexto são de dimensões superiores às unidades de registro, servindo à compreensão destas, tendo como base para sua delimitação o custo e a pertinência. É responsável pela contextualização e foi definida nesta pesquisa como o parágrafo que contém as unidades de registro.

Quadro 2: Ficha de Coleta de Dados

FICHA DE COLETA DE DADOS					
HJØRLAND		RESUMO	UNIDADES DE REGITRO		
			<i>discourse community</i>	<i>domain</i>	<i>language</i>
UNIDADES DE CONTEXTO	[Referência do texto]				
INFERÊNCIA					

Fonte: Elaborado pelo autor

Cada unidade de contexto continha ao menos uma ocorrência do termo designante. Cada ocorrência foi grifada a fim de facilitar sua identificação e análise. A listagem das unidades de contexto termina com um campo do quadro designado como “inferência”. Este campo refere-se à impressão deixada pelas ocorrências. Ao final deste processo, cada uma dessas impressões foi disposta em colunas no quadro 3:

Quadro 3: Ficha de Consolidação

REFERÊNCIA	CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS		
	<i>community discursive</i>	<i>domain</i>	<i>Language</i>
inferências texto 1			
inferências texto 2			
inferências texto 3			

CONSOLIDAÇÃO DAS INFERÊNCIAS			
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao fim desse trabalho obtivemos um consolidado sob cada um dos conceitos, comunidade discursiva, domínio e linguagem. Com isso, concluímos a terceira fase da Análise de Conteúdo. Na próxima seção, seguem os resultados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na LISA, subtraindo os artigos recuperados e não enquadrados no filtro pré-estabelecido, contabilizamos 44 artigos. Na WoS, foram 36. Os artigos comuns nas bases foram 24 artigos. Além desses, somam-se mais 3 artigos identificados na AKO. Desta forma, são 59 artigos referentes à produção de Hjørland que foram analisados.

Hjørland é um dos principais nomes na BCI e na OC. Pesquisadores e estudantes leem seus textos, enfrentando seu estilo científico consistente, porém nem sempre rigoroso quanto às definições. Com a intenção de delimitarmos um pouco mais os aspectos conceituais da Análise de Domínio, realizamos a aplicação da Análise de Conteúdo a partir de termos eleitos como fundamentos dessa teoria, “comunidade discursiva”, “domínio” e “linguagem”. Percebemos que tais termos não são neutros, mas já indicam por si aspectos teórico-epistemológicos da proposta hjørlandiana, caracterizado na perspectiva do paradigma social reconhecido na área.

Sob a análise de conteúdo, verificamos a predominância de um viés epistemológico na obra do dinamarquês. A perspectiva de Hjørland revela já no início da década de 1990 a importância da epistemologia no desenvolvimento dos processos de organização, representação e recuperação do conhecimento e da informação. Passando aos anos 2000, notamos um amadurecimento da compreensão de Hjørland no que concerne a dinâmica social, já que as questões históricas e (sócio-)discursivas ficam mais evidentes em seus artigos. Nesse período encontramos pesquisas mais hercúleas, como o artigo *Fundamentals of Knowledge Organization*, de 2003, assim como textos de teor mais crítico que vão de encontro com noções positivistas e cognitivistas. Nos últimos cinco anos, observamos que as publicações ficaram com temáticas mais dispersas, passando a tratar de classificação, fontes de informação, navegação web, indexação, estudo de usuários, curadoria de dados, abordagens baseadas em evidências etc, todavia é comum a referência a Análise de Domínio, indicando como esta teoria pode auxiliar em todos esses processos.

O termo “comunidade discursiva” foi encontrado em diversos textos, todavia foi detectado que outros termos são utilizados para se referir a mesma ideia, tais como comunidade científica, comunidade de usuários, comunidade epistêmica ou grupo de pesquisador, o quê reforça a flexibilidade terminológica e conceitual do trabalho do bibliotecário dinamarquês. Entre os anos de 1995 e 2008 houve maior uso do termo. Da análise dos trechos em que o índice “comunidade discursiva” ocorria, podemos levantar as seguintes propriedades:

- Organização social;
- Define o que pode ser comunicado;
- Composta por humanos (atores e receptores) e não-humanos (fontes e serviços);
- Tem uma estrutura que a organiza;
- Dão forma à informação e ao conhecimento;
- Explicitam os usos da informação;
- Assemelha-se ao conceito de disciplina.

Com base nessa lista, construímos a seguinte definição (quadro 4) que procura sintetizar as principais propriedades deste conceito:

Quadro 4: Consolidação da noção de Comunidade Discursiva

A comunidade discursiva é uma organização social que define a ordenação e limitação do processo de comunicação em um domínio do conhecimento. Assim, ela constitui o universo de interesse da análise de domínio, sendo a base fundamental teórico e prático da OC. As comunidades discursivas são compostas por três elementos: atores (produtores, intermediários e usuários de documentos comunicados em canais formais, informais e tabulares), instituições (de pesquisa, editoras, bibliotecas, etc) e serviços de informação (primários: editoras e periódicos, secundários: ase de dados, terciários: enciclopédias profissionais e revisões de literatura), os quais se distribuem segundo uma divisão social do trabalho e apresentam uma relação de interdependência. Por isso a identificação desses fatores é primordial para descobrir como o conhecimento é produzido no domínio. São as comunidades discursivas que moldam as ferramentas, as linguagens, os conceitos, os significados, as estruturas de informação, as necessidades e os critérios de relevância. São nas comunidades discursivas que os significados e a hierarquização de termos são consolidados, sendo que cada comunidade tem seus próprios critérios de terminologia, de significância e de relevância. Profissionais da informação lidam com diversas comunidades discursivas, não ficando restrita às acadêmicas. Comunidade discursiva pode ser vista também com uma disciplina.

Fonte: elaborado pelo autor

O exame do quadro 4 mostra que a comunidade discursiva é tida como base da OC. Constituída por relações sociais, ela não é composta apenas por aqueles que enunciam discursos por meio de documentos, mas também por quem trata e disponibiliza informação e quem busca e recupera tais documentos. Por vezes, notamos o uso do termo como sinônimo de disciplina. Consideramos que comunidade discursiva é o conceito que mais caracteriza a Análise de Domínio sob uma perspectiva social, pois ela delimita o escopo de interesse do

domínio, além de reforçar que a produção de significados se dá por meio (no meio) dessas comunidades diversas.

O índice “domínio” apresentou a seguinte lista de propriedades:

- Grupo de pessoas;
- Conjunto de conhecimentos;
- Limites de conhecimento;
- Suas fronteiras são maleáveis;
- Interfere na produção de conhecimento;
- Troca informações com outros domínios;
- Performa dinâmica comunicacional interna;
- Padroniza ações;
- Representa e corrobora uma autoridade;
- Apresenta disputas de poder;
- Condicionam a semântica dos conceitos;
- Apresentam-se organizados institucional e epistemologicamente;
- Sofre influencia externa;
- Assemelha-se a grupos de pessoas, organizações e disciplinas.

O quadro 5 consolida o que Hjørland manifesta como conceito de domínio em suas obras:

Quadro 5: Consolidação da noção de Domínio

Domínio é um grupo de usuário, uma disciplina ou um campo amplo de conhecimento, responsável pela definição dos limites interpretativos dos conceitos, já que o conhecimento se manifesta de forma específica. Assim, são os domínios que condicionam a produção dos conhecimentos, mas também são por si só um conjunto de conhecimentos já produzidos. Eles trocam conhecimentos entre si. Os conhecimentos de um domínio precisam ser estudados, representados e classificados, de acordo com as necessidades de informação específicas do próprio domínio. Os conhecimentos do domínio se estruturam, sob categorias da institucionalização cognitiva e da social, e se apresentam sob paradigmas diversos. Domínios são compostos por paradigmas, tradições, escolas e por assuntos, e estudos epistemológicos auxiliam na compreensão semântica de seus conceitos e das suas relações terminológicas. Domínios apresentam fronteiras flexíveis e sobrepostas, e seus "paradigmas", "tradições", "escolas" definem as meta-teorias e teorias sobre como se dá suas atividade de descrição, de investigação, de análise e de criticismo. O domínio apresenta estrutura de comunicação ou práticas de comunicação padronizadas, o que possibilita a descrição empírica e a explicação teórica suas estruturas de comunicação, publicação e tipos de documentos, e devem ser estudados sob as dimensões epistemológica, ontológica e sociológica. Um único domínio tem diversas vozes, por isso sua representação nunca é neutra, sendo necessário dar vazão as suas diversas vozes. Por isso, eles são construídos dinamicamente, cada qual ao seu modo. Isto significa que cada domínio tem uma infraestrutura de pesquisa e necessidades de informação específicas. Assim, entende-se que a cultura e a linguagem interferem nos processos informativos e de conhecimento humano, sendo que um mesmo conceito deve ter classificações distintas à grupos de usuários diferentes. Cada domínio tem sua forma predominante de manifestar os títulos de seus artigos, a distribuição das palavras no corpo do texto, a formulação do problema de pesquisa, etc, o que implica em características específicas na recuperação de informa. Dessa forma, os critérios de relevância são compreendidos no domínio, são definidos pelas teorias do domínio e seu reconhecimento exige que sistema, usuário, domínio e epistemologia sejam conhecidos. É preciso averiguar a linguagem, a divisão social do

trabalho e os critérios de relevância num domínio. Os processos informacionais e as classificações devem basear-se em domínios que são mapeados com métodos qualitativos e quantitativos e com choques de abordagens *top-down* com situações contextuais. Domínios são impactados pelas tecnologias de informação, pela quantidade de recursos financeiros disponíveis, pela qualidade das bibliotecas e das bases de dados e pelo grau de objetividade de suas pesquisas. Visualizar os domínios significa adotar um enfoque empírico e sociocultural em detrimento de perspectivas universalistas. Ademais, um domínio pode ser compreendido como campo científico, disciplina, uma empresa, comunidade discursiva ou como universo da representação do assunto. Estudos empíricos como a análise de citações são importantes, mas não se confundem com a análise de domínio que promove uma contextualização a partir das epistemologias e considera os conceitos e relações semânticas em relação aos usuários. As necessidades dos usuários e os critérios de relevância devem constituir-se não apenas com os estudos de usuários, mas com base em domínios.

Fonte: elaborado pelo autor.

A compreensão da noção de “domínio” nos aproximaria do que Hjørland realmente compreende por Análise de Domínio. Segundo o bibliotecário escandinavo, o domínio contém a necessidade informacional dos usuários, pois se mostra como condicionante na significação de uma comunidade discursiva qualquer. Domínio aparece nos trabalhos ora como responsável pela produção do conhecimento, ora como ator limitante das condições interpretativas.

A função do domínio é possibilitar a comunicação, conferindo intersecção epistemológica, ontológica e sociológica entre os agentes contextualizados. A perspectiva da Análise de Domínio é pós-kuhniana, já que não restringe a manifestação de um domínio a um único paradigma. Isto é, sempre há uma concorrência, paradigmas emergentes e decadentes, sempre plural. Um domínio é constantemente impactado por externalidades, tais como tecnologias (o acesso às tecnologias condicionam o desenvolvimento da pesquisa e de sua comunicação), recursos (financeiros, capacidade dos pesquisadores, estruturas prediais), condições de pesquisa (se a pesquisa é livre e desinteressada, ou se é encomendada por algum órgão público ou privado). Um domínio é composto então pela articulação de fatores internos e externos.

A seguir, a lista das propriedades do temo linguagem:

- Instituição;
- Definida pela cultura;
- Dá-se na dinâmica social;
- É situacional e negociada;
- Apresenta hábitos e padrões;
- Ação de socialização de conhecimento;
- Seu comportamento vincula-se a escopos teóricos;
- Objeto material e tangível da representação;
- Interfere na percepção que as pessoas têm do domínio;

- Interfere nas formas dos processos informacionais;
- Carregada de subjetividades;
- Delimita o simbólico.

No quadro 6, estão sintetizados os atributos mais relevantes sobre o índice “linguagem” detectados nos trechos do corpus desta pesquisa.

Quadro 6: Consolidação da noção de Linguagem

A linguagem é uma instituição sociocultural e produtora de significados, portanto não é um código ideal. Está sempre sob condições situacionais, o que exige a contextualização dos processos de descrição e recuperação da informação em jogos de linguagem específicos, com hábitos particulares, compreendidos enquanto delimitadores do uso da linguagem. A linguagem é a ação efetivada na comunicação, por isso há a socialização dos atores por meio dela. A linguagem pode revelar os paradigmas, assim convém que os métodos da OC realizem análises das linguagens presentes nos documentos de um domínio. Os conceitos encontrados nos documentos são expressos pela linguagem, assim a linguagem implica em definições dos conceitos em suas dimensões funcionais. Nomear um objeto nunca é um ato neutro, isto é, a linguagem atribui valor funcional ao nomear algo. As linguagens enquanto funcionais se adequam a determinado grupo e não pode ser útil a diversas perspectivas ou diversas funções, por isso são necessárias as diversas linguagens especialistas. Considera-se que a cultura e a linguagem interferem nos processos de percepção. Por isso teorias da linguagem e do significado são essenciais a toda BCI e OC. Destaca-se que a linguagem é regida por estrutura e subjetividades, sendo pouco úteis os estudos de usuário para o reconhecimento de conceitos relevantes e dessa estrutura. Ela interfere no processamento e armazenamento que os humanos fazem da informação. Há indicação de que a linguagem e outros sistemas simbólicos determinam a mente humana, o que reforça a importância de estudos científicos e empíricos da linguagem em benefício da BCI e OC.

Fonte: elaborado pelo autor.

A linguagem é um importante conceito na BCI e OC. Ela é considerada por basicamente dois prismas nas áreas, ou como objeto de interesse que traz a verdade em si, ou como meio que transmite uma ideia considerada o objeto.

Nos contextos analisados, Hjørland considera a linguagem como uma instituição coletiva e resultante de processos de negociação, remetendo ao conceito de *jogos de linguagem* ao passo que afirma a produção de sentido como ato cultural. Hjørland destaca o aspecto situacional da linguagem nos processos informacionais. Assim, o bibliotecário europeu reforça o aspecto sociocultural da linguagem colocando-a como fundamento da OC, conferindo destaque à relação da linguagem com a epistemologia. Ademais, o termo *language* aparece sob duas significações que nos interessam menos neste trabalho. Referimo-nos aqui às noções de linguagem documentária e à tradução *língua*. Nos últimos cinco anos, os trabalhos do dinamarquês têm abordado menos a questão da linguagem enquanto fundamento teórico.

Esclarecemos que não há nos artigos de Hjørland uma preocupação explícita em definir com rigor os termos abordados, sendo que os quadros 4, 5 e 6 trazem apenas uma síntese consolidada de suas principais ideias a respeito de cada índice examinado.

Notamos que ora *comunidade discursiva* parece compor um *domínio*, ora é o próprio *domínio*. Ora é quem constitui e usa a *linguagem*, ora é o resultado do uso da *linguagem*. O

mesmo ocorre com os outros dois termos que se imbricam constantemente, *domínio* como resultado da *linguagem* ao mesmo tempo em que a *linguagem* resulta do *domínio*. Isso aproxima a abordagem de Hjørland à de Frohmann (2009), que defende outra abordagem possível, fundada em relações não-lógicas, não-causais ou não-hierárquicas.

6 CONSIDERAÇÕES

Hjørland é um dos principais nomes na BCI e na OC. Pesquisadores e estudantes leem seus textos, enfrentando seu estilo científico denso, consistente, porém nem sempre rigoroso quanto a definições.

Com a intenção de delimitarmos um pouco mais os aspectos conceituais da Análise de Domínio, realizamos a aplicação da análise de conteúdo a partir de termos eleitos como fundamentos dessa teoria, “comunidade discursiva”, “domínio” e “linguagem”.

Percebemos que tais termos não são neutros na Análise de Domínio, mas já indicam por si aspectos teórico-epistemológicos da proposta hjørlandiana, caracterizando-a na perspectiva do paradigma social reconhecido na área.

O resultado evidenciou algo esperado: a intersecção entre os conceitos. Tal intersecção é ampla devido talvez a postura que Hjørland adota em sua obra, a de não estabelecer definições rígidas. Assim, torna-se inviável apontar quais são as relações entre esses três conceitos. Não podemos afirmar, por exemplo, se a comunidade discursiva gera um domínio ou o contrário. As relações entre os termos são múltiplas e dependem de quem discursa sobre elas. Esses resultados demonstram a convergência dos textos do dinamarquês com a concepção de conceito revelada por Frohmann (2009), o que pode significar um caminho possível no paradigma social da BCI. Essa perspectiva desponta como tendência na OC nesse início de século, que retira seu foco das compreensões taxonômicas e universalistas e o projeta nas compreensões de domínios e nas relações horizontalizadas.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, H; HJØRLAND, B. Information seeking and knowledge organization the presentation of a new book. **Knowledge organization**, v. 24, n. 3, p. 136-144, 1997.

ALMEIDA, M. A.; CRIPPA, G. De Bacon à internet: considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da ciência da informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 109-131, 2009.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos / São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2003.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2003.

CRIPPA, G. Os "lugares da memória": dispositivos ideológicos, esquemas tópicos e sistemas classificatórios. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e Contemporaneidade**. Recife: Nectar, 2007, p. 121-138.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, 2006.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DIAS, C. C. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 25, n. 2, p. 6-17, 2015.

ENGESTRÖM, Yrjö. Aprendizagem por expansão prática: em busca de uma reconceitualização a partir da teoria da atividade. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 19, p. 31-64, 2002.

FJORDBACK SØNDERGAARD, T.; ANDERSEN, J.; HJØRLAND, B. Documents and the communication of scientific and scholarly information: revising and updating the UNISIST model. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 3, p. 278-320, 2003.

FROHMANN, Bernd. Revisiting "what is a document?". **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

HANSEN, J. A. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, 2013. Disponível em: <<http://www.pglettras.uerj.br/matraga/matraga33/arqs/matraga33a01.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2015.

HJØRLAND, B. Arguments for "the bibliographical paradigm": some thoughts inspired by the new English edition of the UDC. **Information Research**, v. 2, n. 4, p. 1-17, 2007b.

HJØRLAND, B. Arguments for philosophical realism in library and information science. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 488-506, 2004.

HJØRLAND, B. Citation analysis: a social and dynamic approach to knowledge organization. **Information Processing & Management**, v. 49, n. 6, p. 1313-1325, 2013d.

HJØRLAND, B. Comments on the articles and proposals for further work. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 156-163, 2005a.

HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

HJØRLAND, B. Core classification theory: a reply to Szostak. **Journal of Documentation**, v. 64, n. 3, p. 333-342, 2008a.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v. 56, n.1 p. 27-41, 2000a.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science. Eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, 2002a.

HJØRLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 130-155, 2005b.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002b.

HJØRLAND, B. Evaluation of an information source illustrated by a case study: effect of screening for breast cancer. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 10, p. 1892-1898, 2011a.

HJØRLAND, B. Evidence-based practice: an analysis based on the philosophy of science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 7, p. 1301-1310, 2011b.

HJØRLAND, B. Facet analysis: the logical approach to knowledge organization. **Information Processing & Management**, v. 49, n. 2, p. 545-557, 2013a.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. Information retrieval, text composition and semantics. **Knowledge Organization**. v.25, n.1/2, 1998b, p.16-31.

HJØRLAND, B. Information: objective or subjective/situational?..**Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 10, p. 1448-1456, 2007a.

HJØRLAND, B. Is classification necessary after Google? **Journal of Documentation**, v. 68, n. 3, p. 299-317, 2012a.

HJØRLAND, B. Library and information science and the philosophy of science. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 5-10, 2005c.

HJØRLAND, B. Library and information science: practice, theory, and philosophical basis. **Information Processing & Management**, v. 36, n. 3, p. 501-531, 2000b.

HJØRLAND, B. Methods for evaluating information sources: an annotated catalogue. **Journal of Information Science**, v. 38, n. 3, p. 258-268, 2012b.

HJØRLAND, B. The classification of psychology: A case study in the classification of a knowledge field. **Knowledge Organization**, v. 25, n. 4, p. 162-201, 1998c.

HJØRLAND, B. The concept of 'subject' in information science. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 2, p. 172-200, 1992.

HJØRLAND, B. The foundation of the concept of relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 61, n. 2, p. 217-237, 2010.

HJØRLAND, B. The importance of theories of knowledge: browsing as an example. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 3, p. 594-603, 2011c.

HJØRLAND, B. The importance of theories of knowledge: indexing and information retrieval as an example. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 1, p. 72-77, 2011d.

HJØRLAND, B. Theoretical clarity is not "Manicheanism": a reply to Marcia Bates. **Journal of Information Science**, v. 37, n. 5, p. 546–550, 2011e.

HJØRLAND, B. Theories of knowledge organization: theories of knowledge. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 3, p. 169-181, 2013b.

HJØRLAND, B. Theory and metatheory of information science: a new interpretation, **Journal of Documentation**, v. 54, n. 5, p. 606-621, 1998a.

HJØRLAND, B. Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content... and relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 52, n. 9, p. 774-778, 2001.

HJØRLAND, B. User-based and cognitive approaches to knowledge organization: a theoretical analysis of the research literature. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 1, p. 11-27, 2013c.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, 2008b.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. An analysis of some trends in classification research. **Knowledge Organization**, v. 26, n. 3, p. 131-139, 1999.

HJØRLAND, B.; HARTEL, J. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, v. 30, n.3/4, p. 239 - 245, 2003.

HJØRLAND, B.; JØRN NIELSEN, H.; HØYRUP, H. Introduction to the special issue: perspectives on research libraries. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 2, p. 198-201, 2014.

HJØRLAND, B.; NICOLAISEN, J. (Ed.). **The Epistemological Lifeboat**. Disponível em: < <http://www.iva.dk/jni/lifeboat/> >. Acesso em 08 nov. 2015.

HJØRLAND, B.; NICOLAISEN, J. Bradford's law of scattering: ambiguities in the concept of "subject". In: **Context: Nature, Impact, and Role**. Springer Berlin Heidelberg, 2005. p. 96-106.

HJØRLAND, B.; NISSEN PEDERSEN, K. A substantive theory of classification for information retrieval. **Journal of documentation**, v. 61, n. 5, p. 582-597, 2005.

HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, , p. 400-425, 1995.

HJØRLAND, B; NICOLAISEN, J. Scientific and scholarly classifications are not "Naïve": a comment to Begthol (2003). **Knowledge Organization**, v. 31, n. 1, p. 55-61, 2004.

HJØRLAND, Birger. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

JØRN NIELSEN, H.; HJØRLAND, B. Curating research data: The potential roles of libraries and information professionals. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 2, p. 221-240, 2014.

KARAM, F. J. C. Retórica, Grécia e Roma Antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. **Alceu: revista de comunicação, cultura e política**, Rio de Janeiro, v. 10, n.19,p. 109-117 - jul./dez. 2009

LARA, MLG. Informação, informatividade e linguística Documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramaZero. Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 6, p. 1-9, 2008.

LIMA, V. M. A. **Da classificação do conhecimento científico aos sistemas de recuperação de informação**: enunciação de codificação e enunciação de decodificação da informação documentária. 2004. 156fl. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-06032006-150120>>. Acesso em: 28 mar 2014.

MONTEIRO, S.D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da Organização do Conhecimento na esfera da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 3, 2008.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, 2006.

NICOLAISEN, J.; HJØRLAND, B. Practical potentials of Bradford's law: A critical examination of the received view. **Journal of Documentation**, v. 63, n. 3, p. 359-377, 2007.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciencia, 1983.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leituras: revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, n.2, p.19-33, primavera, 1998.

SMIRAGLIA, R. P. **The elements of knowledge organization**. Springer International Publishing, 2014.

TENNIS, J. T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003.